

MANIFESTAÇÃO-CONCENTRAÇÃO

Trabalhadores da Administração Pública



15h - Lisboa



DIS | N.º 17 | Outubro 2014

Marquês de Pombal - Assembleia da República

Vamos à luta por:

- O direito ao horário de trabalho de 35 horas semanais e 7 horas diárias para todos;
- A publicação imediata dos ACEP assinados e ilegalmente congelados pelo governo;
- A retroactividade a 1 de Julho de 2014 do aumento do Salário Mínimo Nacional na Administração Pública e extensão como salário de referência a todos os trabalhadores bem como na sua fixação em 540 € a partir de 1 de Janeiro de 2015, de acordo com a proposta da CGTP;
- A resolução das situações de trabalho precário, emprego sem direitos, com a passagem a efectivos de todos os trabalhadores que ocupam postos de trabalho permanentes, particularmente os muitos milhares de trabalhadores com contratos de emprego e inserção;
- A exigência da demissão do governo, com realização de eleições e por políticas de esquerda, patrióticas e soberanas.

demissão do governo e eleições antecipadas
por políticas de esquerda, patrióticas e soberanas



35 HORAS para todos

Acusamos o Governo de usar um «parecer encomendado à PGR» para insistir no boicote ilegal à publicação dos mais de 500 acordos colectivos de empregador público (ACEP), mantendo um veto inqualificável.

O comunicado do Governo, emitido a 26 de Setembro, escamoteia várias disposições constitucionais, nomeadamente «o princípio da autonomia do poder local previsto nos artigos 237.º e 242.º, o direito de contratação colectiva consagrado como direito, liberdade e garantia dos trabalhadores no artigo 56.º, n.º 3 e o princípio da subsidiariedade no âmbito da organização administrativa do Estado, consagrado nos artigos 6.º, n.º 1 e 7.º, n.º 6 da Constituição».

Lembramos que é o próprio Governo, no seu comunicado que reconhece não possuir tutela sobre os actos administrativos praticados pelas autarquias, nem o poder de dar orientações, determinações ou exercer veto sobre a negociação colectiva de horários de trabalho.

Esta insistência na atitude ilegal de congelar a publicação dos acordos assinados entre autarquias e sindicatos não é mais do que uma tentativa desesperada para impedir, por via da ameaça, a manutenção do horário de trabalho semanal de 35 horas e 7 horas diárias.

Reafirmamos que prosseguiremos com as acções em defesa do «direito à contratação colectiva» e da «autonomia dos órgãos do Poder Local, incluindo acções judiciais contra o Governo e outras entidades».

Derrotar a Política de Direita; POR UM PORTUGAL DE ESQUERDA E SOBERANO.

Portugal precisa de se libertar de uma política que asfixia financeiramente o País e deixa os trabalhadores e outras camadas da população envoltos num empobrecimento crescente.

Juntos somos mais fortes. Sindicaliza-te no STAL!



Salário mínimo

Exigimos que o aumento Salário Mínimo Nacional tenha efeitos retroactivos a 1 de Julho deste ano.

Reclamamos a sua extensão como salário de referência a todos os trabalhadores.

Exigimos a fixação do respectivo valor em 540 euros a partir do próximo dia 1 de Janeiro.

O aumento dos salários é indissociável de uma melhor distribuição da riqueza, da melhoria do rendimento, do aumento do consumo e dinamização da economia. Mas é também determinante para a criação de mais e melhor emprego, a valorização das profissões, a dignificação dos trabalhadores e o desenvolvimento económico e social do país.

MANIFESTAÇÃO

Administração Pública

